

Adaptação sensível a crianças e adolescentes

Infâncias no Centro dos Planos Subnacionais
de Adaptação à Mudança do Clima



Realização:

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Joaquim Gonzalez-Aleman *(Representante do UNICEF no Brasil)*

Layla Saad *(Representante-Adjunta de Programas do UNICEF no Brasil)*

Gregory Bulit *(Chefe do Programa de Água, Saneamento e Higiene, Clima, Meio Ambiente e Desastres do UNICEF no Brasil)*

Núcleo Editorial:

Danilo Moura *(Especialista em Clima e Meio Ambiente do UNICEF no Brasil)*

Mariana Buoro *(Consultora de Clima e Meio Ambiente do UNICEF no Brasil)*

Apoio:

Ana Carolina Fonseca, Gerson da Costa Filho e Maíra da Silva Souza

Projeto Gráfico e ilustrações:

Mateus Zanon

ORIENTAÇÕES PARA REPRODUÇÃO DE CONTEÚDO

O UNICEF incentiva o uso de seus estudos, pesquisas e relatórios para fins educacionais e informativos, mas todas as publicações da organização estão protegidas por leis e regulamentos de direitos autorais. Os conteúdos podem ser reproduzidos para fins não comerciais, por organizações governamentais e não governamentais, instituições educacionais e de pesquisa e indivíduos que trabalham sem fins lucrativos, desde que citando os créditos do UNICEF

Índice

1	Introdução	4
2	<i>Por que</i> desenvolver um plano sensível a crianças ?	5
3	<i>Como</i> desenvolver um plano sensível a crianças?	8
4	Proteger crianças, fortalecer territórios	20
	(Anexo) Saiba mais	21



1 | Introdução



As mudanças climáticas já afetam o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos territórios, ampliando a frequência e a intensidade de eventos como secas, inundações, ondas de calor e deslizamentos. Esses impactos ameaçam infraestruturas, comprometem serviços públicos essenciais e geram perdas humanas e econômicas crescentes, tornando a adaptação uma prioridade para governos em todos os níveis. Nesse contexto, planejar a adaptação significa antecipar riscos, fortalecer a resiliência dos territórios e garantir a continuidade de serviços e direitos diante dos impactos climáticos presentes e futuros.

No Brasil, esse esforço ganha novo impulso com o Plano Clima 2024–2035 [16]* e com a Lei nº 14.904/2024, que reforçam a necessidade de integração da adaptação climática ao planejamento público e estimulam estados e municípios a desenvolverem seus próprios ins-

trumentos de adaptação. Para que esses planos sejam efetivos e justos, é fundamental que considerem as necessidades daqueles mais expostos aos riscos climáticos.

Crianças e adolescentes frequentemente sofrem as consequências mais graves da crise climática [1]*. Sua exposição a riscos climáticos frequentemente múltiplos e sobrepostos - combinada com vulnerabilidades físicas inerentes à idade e sua dependência de serviços sociais como saúde, educação, e assistência -, ameaça seus direitos e aumenta o risco de danos [3]*.

Este documento apresenta princípios e recomendações práticas para apoiar governos subnacionais na elaboração de planos de adaptação sensíveis à infância e à adolescência, fortalecendo a resiliência dos serviços essenciais, reduzindo vulnerabilidades e promovendo a participação significativa de crianças e jovens na construção de territórios mais resilientes.

*Obs. os números entre [x] são relacionados às referências bibliográficas listadas no anexo - consulte para saber mais.

2 | Por que desenvolver um plano sensível a crianças ?

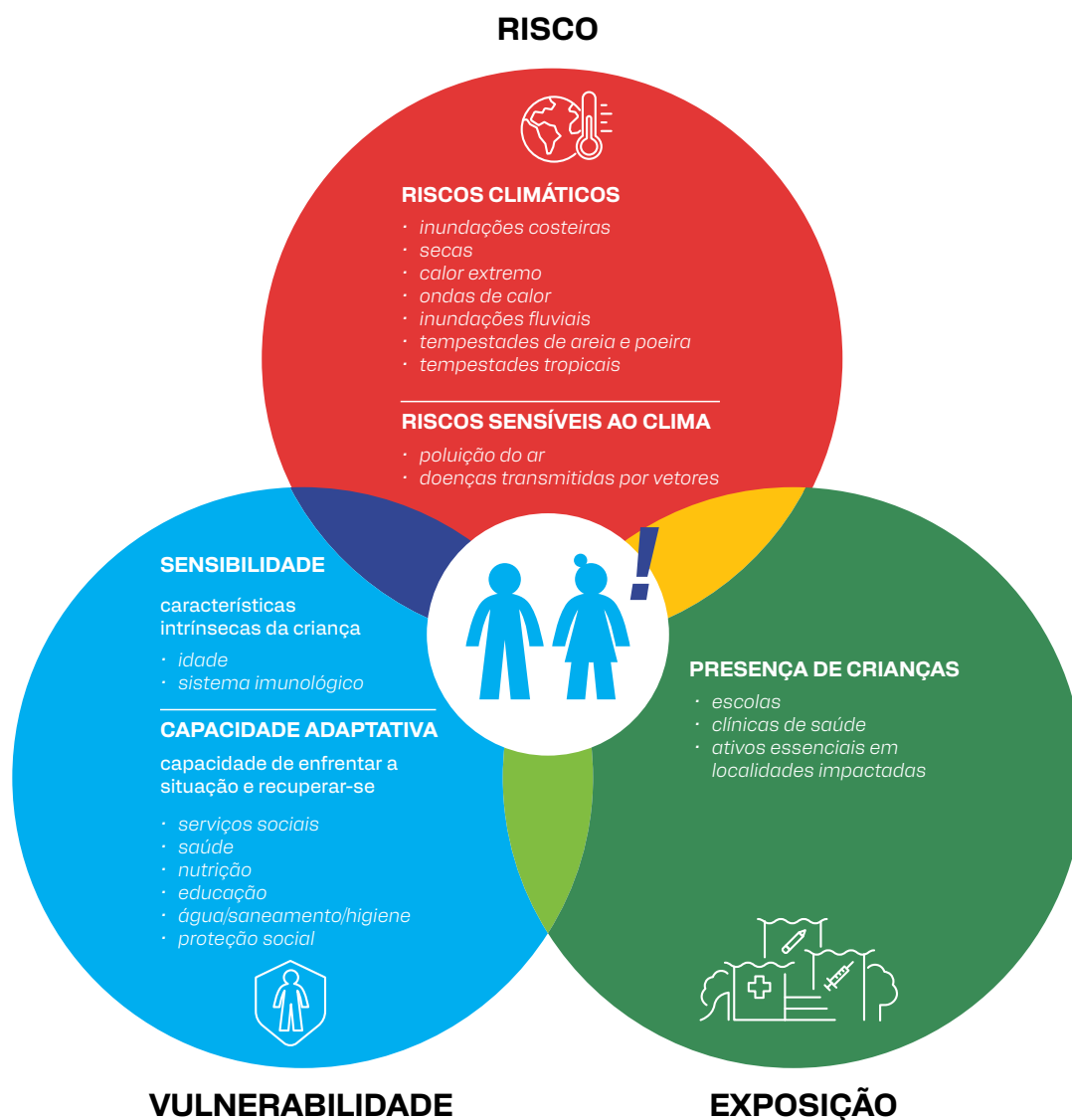


A CRISE CLIMÁTICA É UMA CRISE DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Crianças e adolescentes são os que mais sofrem com os impactos das mudanças climáticas, embora sejam os menos responsáveis por elas. Quase 90% do impacto das doenças agravadas pela mudança do clima recai sobre crianças menores de cinco anos.

Uma criança que não tem acesso a água potável e segura (devido a uma seca, por exemplo) ou a cuidados de saúde adequados (porque uma enchente a deixa ilhada) tem menos probabilidade de sobreviver — mesmo em comparação com adultos. Uma criança que não pode ir à escola devido a um evento climático extremo perde oportunidades de aprendizado.

E, especialmente quando esses eventos ocorrem repetidamente, seu potencial futuro fica em risco. As crianças são cognitivamente, fisiologicamente e fisicamente mais vulneráveis aos impactos climáticos e aos poluentes ambientais [5].*



O infográfico acima ilustra a posição de crianças e adolescentes em relação a (i) riscos, (ii) vulnerabilidades específicas do ser criança, e (iii) exposição, ligada especialmente à presença em espaços como escolas, rua, unidades de saúde, etc.

Atualmente, quase todas as crianças já estão expostas a pelo menos um evento climático extremo. No Brasil, **16 milhões de crianças e adolescentes vivem expostos a três ou mais ameaças climáticas**, e essa exposição reproduz padrões de desigualdade em razão de localização e condição socioeconômica, gênero, raça, etnia, e deficiência, ameaçando a vida, a saúde e o desenvolvimento justamente de meninas e meninos já mais vulnerabilizados [3]*.

16 milhões equivale a cerca de:

- 28,5% da população total de 0 a 19 anos
- 7,5% da população total do Brasil

CENSO: Estimativa 2026



Oportunidade de ação

Apesar das inúmeras formas como as mudanças climáticas os afetam, e de representarem cerca de 25% da população brasileira, **crianças e adolescentes são constantemente negligenciados nas políticas climáticas, com poucos planos que os incluam ou processos de tomada de decisão que considerem suas vozes** [6] [14]*.

Em um contexto que crianças e adolescentes já vivem com as consequências do caos climático, a elaboração de planos de adaptação municipais e estaduais sensíveis às crianças é, portanto, uma oportunidade de ação a nível local para garantir as necessidades dos mais impactados pela mudança do clima, em alinhamento com a perspectiva da justiça climática.



O que é adaptação sensível a crianças?

“Políticas, planos e ações que fortaleçam os serviços sociais essenciais para crianças, tornando-os mais resilientes às mudanças climáticas e aos desastres. Planos, políticas e ações que incluam os direitos, a participação e os papéis de todas as crianças, adolescentes e jovens como partes interessadas e agentes de mudança.” [1]*

ALINHAMENTO COM MARCOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Planos subnacionais sensíveis a crianças não são uma agenda paralela — eles contribuem para implementar compromissos já assumidos pelo Brasil. A proteção dos direitos das crianças frente às mudanças climáticas está alinhada à Convenção sobre os Direitos da Criança, ao Acordo de Paris, à Declaração sobre Crianças, Jovens e Ação Climática [13]* e às diretrizes do Plano Clima 2024–2035.

Ao incorporar uma perspectiva de infância em seus processos de adaptação, estados e municípios fortalecem a implementação desses compromissos no território, transformando objetivos nacionais e internacionais em ações concretas para proteger a saúde, a educação, a segurança alimentar, o acesso à água, a proteção social e outros direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

3 | Como desenvolver um plano sensível a crianças?



Princípios gerais [1] [7]*

	Ambicioso e urgente:	Medidas que protejam os direitos e o melhor interesse da criança contra danos causados pelas mudanças climáticas.
	Baseado em direitos:	Considera bebês, crianças, adolescentes e jovens como titulares de direitos e partes interessadas importantes.
	Integral e multissetorial:	Aborda riscos e vulnerabilidades específicos das crianças em múltiplos setores cruciais para meninos e meninas, como proteção contra violências, educação, saúde, água, saneamento e higiene, e proteção social.
	Inclusivo:	Fundamentado na consulta sistemática e na participação significativa de todas as crianças, incluindo aquelas de diferentes idades, gêneros, raças e origens sociais, em todas as etapas e níveis do processo de formulação da política climática.
	Referência:	Faz referência explícita aos direitos das crianças e adolescentes, incluindo aqueles marginalizados.

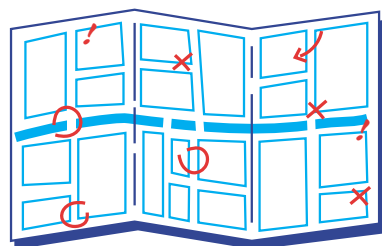
*Obs. os números entre [x] são relacionados às referências bibliográficas listadas no anexo - consulte para saber mais.



Recomendações Práticas

As recomendações a seguir, desenhadas a partir da expertise do UNICEF na intersecção entre ação humanitária, crise climática e infância, devem ajudar na integração dos direitos e necessidades das crianças e adolescentes nas políticas e compromissos climáticos subnacionais, com desdobramentos positivos na trajetória de resiliência e sustentabilidade de toda a sociedade.

1 / Comece com mapeamento de riscos



Para priorizar crianças, adolescentes e jovens na tomada de decisões, os governos precisam se basear em evidências. Sem identificar quem são as crianças mais vulneráveis, onde elas vivem e como são afetadas pelos impactos relacionados ao clima, o desenvolvimento de

soluções práticas e eficazes para adaptação e redução do risco de desastres torna-se quase impossível [3]*. Para dados que permitam o desenvolvimento de políticas e ações equitativas, **recomenda-se:** [1]*



ACESSE AQUI



Identifique os riscos climáticos realizando um diagnóstico territorial que **cruze informações sobre ameaças climáticas atuais e futuras com a localização de serviços essenciais** para crianças, como escolas, unidades de saúde, unidades da assistência social, conselhos tutelares, sistemas de abastecimento de água, abrigos e equipamentos de proteção e defesa civil. Pode-se utilizar ferramentas oficiais como [AdaptaBrasil](#), [Atlas Digital de Desastres](#), [MapBiomias](#), Sistema de [Projeções Climáticas no Brasil](#) e sistemas de monitoramento do [Cemaden](#) para mapear áreas de risco e analisar eventos históricos e projeções. [O Painel Crianças e Meio Ambiente \[17\]*](#), recentemente lançado em parceria pelo UNICEF e Vital Strategies, reúne dados oficiais sobre a exposição ambiental de crianças e adolescentes em cada um dos 5.571 municípios brasileiros, com priorização e recomendações concretas de ação. Também podem ser encontrados dados específicos por setor – por exemplo: [SINISA/SNIS](#) para infraestrutura de saneamento, [Vigide-sastres](#) para monitoramento e vigilância em saúde, [Mapa Social](#) para unidades da assistência social, e Observatório do [Cadastro Único](#) para vigilância socioassistencial.

- Utilize esses dados como base de evidências para todo o planejamento, orçamento e avaliações de perdas e danos relacionados ao clima: O mapeamento pode subsidiar, por exemplo, o zoneamento de risco climático para criar ambientes seguros para crianças.
- **Entenda vulnerabilidades.** Priorizando territórios de maior vulnerabilidade climática e social, avalie como os choques mais prováveis podem afetar serviços essenciais (risco de interrupção, dependências críticas, capacidade de resposta em emergências, existência de protocolos de contingência). Isso vai ser fundamental para que se identifiquem medidas preventivas para garantir o funcionamento dos serviços durante e após eventos extremos.

DADOS DESAGREGADOS SOB A ÓTICA DA EQUIDADE

Desagregar dados por **idade, sexo, deficiência, raça/etnia e território**, além de considerar a presença de grupos que precisam de atenção especial, como **povos e comunidades tradicionais, migrantes e refugiados**, é fundamental para embasar melhor as políticas climáticas e não deixar ninguém para trás.



Para saber mais sobre o deslocamento forçado e mudança do clima acesse: Adapta Cidades: Roteiro de ação - Deslocamento forçado e mudança do clima (2026) | ACNUR Brasil

ATENÇÃO COM A PRIMEIRA INFÂNCIA

Crianças nos primeiros anos de vida estão em um período crítico para o desenvolvimento físico e socioemocional; seus sistemas respiratório, imunológico e termorregulador ainda estão em desenvolvimento, tornando-as mais suscetíveis a ondas de calor, poluição do ar e doenças transmitidas pela água, por exemplo.

Choques que interrompem o acesso a serviços de saúde ou provocam insegurança alimentar podem gerar impactos para toda a vida. Considerar as necessidades de bebês e crianças pequenas de forma específica pode significar incorporar adaptação climática a planos de primeira infância, por exemplo, e também ter estratégias específicas para creches e pré-escolas e para programas de cuidado pré-natal, puericultura e de imunização no começo da vida.

2 | Considere como serviços essenciais têm que ser adaptados às mudanças climáticas



Para proteger crianças, comunidades e os mais vulneráveis dos piores impactos das mudanças climáticas já existentes, **serviços essenciais** devem ser adaptados. Sabemos que as crianças são mais sensíveis aos impactos dos riscos relacionados com o clima. Esta sensibilidade, em muitos casos, é inata. Os governos não podem alterar a eficiência com que as crianças conseguem regular a temperatura corporal durante as ondas de calor. Podem, no entanto, reforçar o acesso e a resiliência dos serviços sociais de que as crianças mais dependem [4]*.

*SERVIÇOS SOCIAIS ESSENCIAIS PARA CRIANÇAS:

sistemas, ambientes, estruturas e programas fundamentais de que a geração mais jovem depende para sobreviver e prosperar – incluindo serviços de saúde, educação, nutrição, água, saneamento e higiene, proteção social e proteção contra as violências.

ACESSO E VULNERABILIDADE

Os riscos climáticos e ambientais não só afetam negativamente o acesso das crianças a serviços essenciais, como a falta de acesso a esses serviços também reduz a resiliência e a capacidade de adaptação das crianças, aumentando ainda mais a sua vulnerabilidade a esses riscos.

Assim, cria-se um ciclo vicioso, que empurra as crianças mais vulneráveis para uma pobreza ainda maior, ao mesmo tempo que aumenta o risco de sofrerem os efeitos mais graves e potencialmente fatais das mudanças climáticas. Aumentar a resiliência e a oferta de serviços sociais é fundamental para melhorar as oportunidades das crianças mais vulneráveis [3] [8].*

Os serviços resilientes ao clima são robustos a perturbações, antecipam riscos e respondem a choques e tensões relacionados ao clima de forma a reduzir interrupções e manter as funções essenciais do serviço. Ao fazer isso, promovem a equidade intergeracional e reduzem o retrocesso dos investimentos em desenvolvimento. **Algumas ações para aumentar a resiliência de seus serviços essenciais são:**

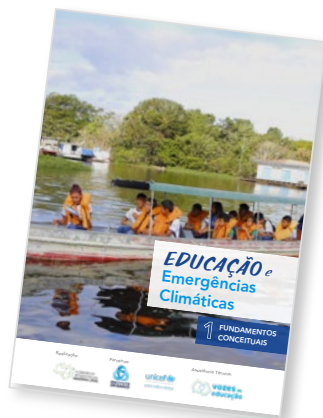
SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA:

São ações que protegem, conservam, restauram e manejam de forma sustentável os ecossistemas para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que promovem o bem-estar humano, a resiliência e a biodiversidade (UNEA 5.2)

► **Promova instalações mais seguras, saudáveis e ecológicas:** Assegure que novas construções e projetos de reforma – de escolas, unidades de atenção primária à saúde, infraestrutura habitacional e comunitária – sejam mais resilientes a eventos extremos mais frequentes na sua região, e colabore com planejadores locais e urbanos para evitar novas construções em zonas de alto risco. A resiliência exige a aplicação de códigos de construção rigorosos, a melhoria de assentamentos informais com estruturas mais seguras, acesso confiável a água, saneamento e higiene, espaços verdes e arborização urbana para o controle do calor, saúde mental e maior permeabilidade do solo, além de outras **soluções baseadas na natureza (SbN)**, e serviços de gestão de resíduos [3] [9]*.

► **Implemente um planejamento de segurança hídrica e de saneamento resiliente e informado pelas mudanças climáticas:** Desenvolva planos informados pelos riscos climáticos previstos e por uma estratégia de adaptação de longo prazo. Priorize investimentos em infraestrutura de água, higiene e saneamento — nova e existente — à prova dos impactos das mudanças climáticas em serviços essenciais (escolas, UBS, CRAS/CREAS, conselhos tutelares). Isso significa pensar infraestrutura à prova de inundações, com equipamentos redundantes, diversificação e adaptação das fontes de água à seca, aumento da capacidade de armazenamento dos sistemas e nos equipamentos públicos, e atualização dos procedimentos operacionais. Desenvolva sistemas de esgoto sanitário coletivo e individual resilientes, sem risco de contaminação da água subterrânea e adaptados para áreas sujeitas a inundações, garanta o gerenciamento e reuso de águas cinzas, e promova práticas culturalmente relevantes e SbN cabíveis ao contexto local.

► **Fortaleça a adaptação e resiliência da rede de educação:** É preciso prever a integração da gestão de risco climático à governança das redes de ensino, com planos de contingência e continuidade pedagógica para períodos de enchentes, secas, ondas de calor e deslizamentos. Priorize investimentos em infraestrutura resiliente nas escolas em territórios de maior vulnerabilidade climática, inclusive com **SbN para escolas mais resilientes** como arborização e jardins de chuva, e elementos de adaptação climática como estratégias de economia de energia e água, percursos protegidos, zonas de sombra nos pátios escolares etc. Fortaleça mecanismos de proteção à trajetória escolar durante e após desastres, como a continuidade da aprendizagem durante deslocamento das famílias, **busca ativa escolar em emergências**, recomposição de aprendizagens, **proteção contra as violências e apoio psicossocial**. Para orientações mais específicas, veja a **coleção de cadernos Educação e Emergências Climáticas**, produzidos pelo Consórcio Interestadual Amazônia Legal, Instituto Unibanco, UNICEF e Vozes da Educação, que apoia redes de ensino na preparação e resposta aos impactos da crise climática na educação, e o **Guia para Elaboração de Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos** lançado pela Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul.



► **Prepare os serviços de saúde** que atendem crianças e gestantes: Adapte a atenção primária e o atendimento de urgência e emergência aos riscos climáticos, fortalecendo a capacidade de identificação precoce de desidratação, desnutrição e doenças de transmissão hídrica em áreas afetadas por secas e cheias, e capacitando agentes comunitários de saúde para orientar famílias sobre cuidados preventivos em territórios de difícil acesso. Garanta a continuidade do pré-natal, de consultas de puericultura, da imunização e do acompanhamento da primeira infância durante eventos extremos, com planos de contingência que evitem interrupções no atendimento [*saiba como elaborar planos de contingência acessando guia e curso do Ministério da Saúde aqui]. Integre a vigilância climática à vigilância epidemiológica do SUS, monitorando riscos como ondas de calor, surtos de doenças e insegurança hídrica/alimentar.

ADAPTA SUAS:

Iniciativa do UNICEF em parceria com o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para apoiar municípios na Proteção Social Adaptativa a partir de três pilares: (i) diagnóstico, (ii) apoio técnico e capacitação, e (iii) disseminação de boas práticas e materiais técnicos.

Gestões municipais são convidadas a responder um questionário de autoavaliação elaborado com base nas orientações técnicas desenvolvidas com o MDS, e recebem um diagnóstico que indica caminhos para ampliar sua preparação para atuar em emergências.

► **Fortaleça os serviços de proteção contra as violências:** Emergências podem gerar o afastamento de crianças e adolescentes de serviços com capacidades de detectar situações de violência, como escolas e unidades de saúde, além de comprometer a capacidade dos próprios serviços de proteção, como Conselhos Tutelares. Garanta fluxos e protocolos adaptados para o período de crise, evitando a interrupção do atendimento e ampliando a capacidade de detecção da rede.

► **Promova uma Proteção Social Adaptativa:** A integração entre a proteção social e a adaptação às mudanças climáticas permite que os sistemas apoiem crianças, famílias e comunidades antes, durante e após choques e crises, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a capacidade protetiva das famílias. Articular programas de transferência de renda, serviços de assistência social e informações sobre riscos climáticos pode ampliar a proteção que o SUAS garante às famílias (e o impacto sobre suas crianças e adolescentes) diante de eventos extremos, por exemplo, antecipando pagamentos ou garantindo auxílios emergenciais que protejam a renda e o acesso a serviços essenciais. Com isso, reduzem-se os agravos de vulnerabilidade e os riscos de violação de direitos que recaem com mais intensidade sobre crianças e adolescentes. Ferramentas como o **AdaptaSUAS** [18]* podem apoiar a preparação e resposta da Assistência Social municipal a emergências.



Para saber mais:
[Guia de Bolso Mudanças Climáticas para Profissionais de Saúde](#)

► **Garanta fornecimento contínuo de energia para serviços essenciais:**

Implemente programas de energia resiliente a eventos externos, como iniciativas de eficiência energética e soluções de energia renovável, inclusive descentralizadas (off-grid ou híbrido, como painéis solares e baterias), para instalações de saúde, escolas e infraestrutura de água, a fim de assegurar acesso contínuo a serviços vitais para crianças em caso de interrupções na rede.

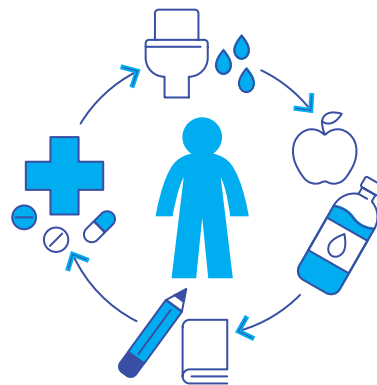
► **Capacite servidores:** Resiliência não se limita a infraestrutura, mas inclui também informar e equipar os servidores para enfrentar ameaças climáticas. Por exemplo: **capacite profissionais de saúde para lidar com o espectro de riscos à saúde das crianças relacionados ao clima, como os riscos de estresse térmico no calor ou problemas respiratórios associados a queimadas [11]***, e equipe agentes comunitários de saúde para serem líderes locais na construção da resiliência familiar e comunitária.

Envolva professores da rede pública em defesa civil nas escolas e planos de contingência. Assistentes sociais e conselheiros tutelares devem estar preparados para atuar nas respostas a eventos extremos, inclusive na prevenção de violências.

► **Garanta continuidade de serviços:** Para garantir que crianças e adolescentes continuem acessando serviços críticos durante choques, é necessário, para além de proteger infraestruturas essenciais, estabelecer mecanismos de coordenação intersetorial (incluindo a gestão central, lideranças de serviços, e profissionais da ponta), prever alternativas de atendimento presencial e remoto e adaptações de rotina, e elaborar planos operacionais com responsabilidades, recursos, fluxos de comunicação e critérios para resposta e recuperação.

3 | Integre serviços

É imperativo que planos setoriais não sejam isolados, para responderem a riscos climáticos que ameaçam crianças de forma holística.



- ▶ Promova **diálogo intersetorial** para ampliar a resiliência e a capacidade de resposta. Por exemplo, uma boa integração entre saúde/nutrição e educação permite que se pense o espaço escolar para distribuição de alimentos durante crises (reforçando o papel da alimentação escolar na segurança alimentar de crianças e famílias), ou que se reforcem ações de apoio psicossocial e acolhimento para estudantes e famílias impactados por desastres (aproveitando a presença de profissionais de psicologia e serviço social na rede pública de educação).



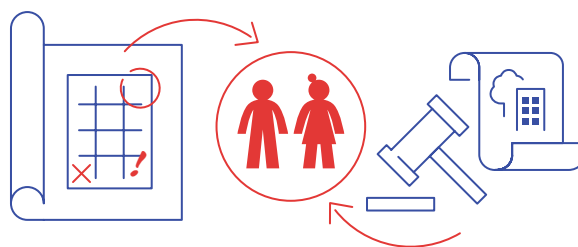
- ▶ Defina **fluxos e procedimentos integrados** entre assistência social, sistema de justiça, Conselho Tutelar, Ministério Público, saúde e outras políticas públicas para a identificação, encaminhamento, proteção e acolhimento de crianças, adolescentes e suas famílias em contexto de desastres, incluindo fluxos específicos para crianças e adolescentes desacompanhados. [O Protocolo Nacional para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres](#), revisado em 2025, é uma referência de instrumento orientador que reúne recomendações para o desenvolvimento e a implementação de ações de proteção antes, durante e depois de desastres.

- ▶ **Fortaleça a gestão e a resposta a desastres no ambiente escolar:** Fortalecer a capacidade de líderes escolares e professores, em colaboração com a Defesa Civil e eventualmente com famílias e a comunidade local, de realizar avaliações de risco, implementar planos de preparação e resposta, conectar-se a sistemas de alerta precoce e elaborar planos de contingência a fim de minimizar interrupções na aprendizagem. [3]*

FINANCIAMENTO

Transformar ambição climática em resultados concretos para crianças exige planejamento financeiro e priorização. Ao elaborar planos de adaptação, é preciso estimar os custos [15] das ações escolhidas, integrar riscos climáticos ao planejamento e aos orçamentos setoriais, e identificar oportunidades de mobilização de recursos públicos, privados e de cooperação internacional. Priorize investimentos que fortaleçam a resiliência dos serviços essenciais dos quais crianças e adolescentes dependem, como educação, saúde, assistência social, abastecimento de água e saneamento, além de mecanismos de proteção social responsivos a choques e emergências climáticas, para apoiar rapidamente famílias afetadas.*

4 | **Priorize gestão de desastres**



Adaptação deve ser pensada de forma integrada a estratégias, políticas e órgãos de redução de risco de desastres (RRD) a fim de enfrentar a crise climática de forma sensível a crianças. Isso exige o uso dos riscos mapeados para crianças nas estratégias de gestão de desastres e a incorporação deliberada de medidas focadas na

proteção infantil em protocolos de emergência, planos de evacuação e serviços de recuperação [\[vide referência do Protocolo Nacional para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em Riscos e Desastres\]](#) [10]* e diversos exemplos internacionais em *UNICEF DRR in Action: Every country protected; every child resilient* [12]*.

- ▶ Estabeleça **sistemas de alerta focados em crianças**: inclusivos, acessíveis e adequados à idade, para alcançar comunidades, escolas, serviços de proteção e centros de saúde.
- ▶ Priorize envio de **suprimentos essenciais** para serviços de que as crianças e adolescentes dependem (saúde, nutrição, educação, água, saneamento e proteção) em situações de crise humanitária. Vale notar que o Ministério da Saúde tem um kit de medicamentos e insumos estratégicos que pode ser solicitado por estados e municípios atingidos por desastres naturais e/ou antropogênicos [\[clique aqui e saiba mais\]](#).
- ▶ **Priorize crianças nos planos de recuperação pós-desastre**: Priorize o retorno mais breve possível de serviços essenciais depois de interrupções, considerando alternativas como ensino remoto temporário e a restauração e reconstrução rápidas de escolas, instalações de saúde e serviços de proteção que atendem crianças após desastres, utilizando padrões e princípios de resiliência climática e o contexto local para reconstruir melhor [\[clique aqui e saiba mais\]](#).
- ▶ Fortaleça **coleta e análise de dados pós-desastre desagregados** por idade, sexo e deficiência, e use esses dados para monitorar com precisão as perdas e os danos que afetam as crianças, avaliar necessidades pós-desastre, e fundamentar o planejamento de redução de riscos e recuperação.

CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

Uma boa gestão de desastres exige envolvimento público no fomento a uma cultura de prevenção. Considere: (i) campanhas públicas com conselhos práticos para reduzir exposição e proteger crianças de riscos climáticos como ondas de calor e inundações; (ii) educar comunidades sobre compreensão de alerta e ações pré-estabelecidas para proteger as crianças antes que os riscos climáticos previsíveis se transformem em desastres; e (iii) estabelecer e equipar equipes de resposta a emergências em nível comunitário também, com ferramentas necessárias para proteger crianças durante desastres climáticos [3].*

5 | **Promova a participação de crianças, adolescentes e jovens**



Nos últimos anos, meninos e meninas têm se mobilizado para exigir ações em relação às mudanças climáticas, o desafio fundamental de direitos humanos desta geração.

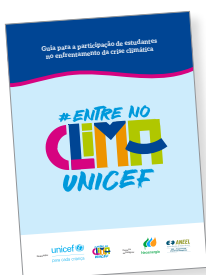
Eles revelam sua profunda frustração diante dessa forma de injustiça intergeracional, bem como sua coragem e disposição para desafiar o status quo, além de reafirmarem seu papel como partes interessadas fundamentais no enfrentamento da crise climática [4]*.

Reconhecer crianças, adolescentes e jovens como impulsores de mudanças — e não apenas como vítimas vulneráveis — é fundamental para políticas climáticas eficazes [1]*.

Atuando como líderes independentes e em colaboração com governos e parceiros de desenvolvimento e humanitários, meninos e meninas possuem capacidade e um papel ativo a desempenhar na redução de riscos de desastres e na adaptação às mudanças climáticas, agindo como agentes de mudança [5]*.

Mais ainda, a participação de crianças, adolescentes e jovens de todos os setores da sociedade para informar tomadas de decisões governamentais é fundamental para garantir políticas climáticas mais inclusivas e inovadoras. O engajamento significativo desse público em todas as políticas climáticas e ambientais, tanto em nível nacional quanto subnacional, constitui, por si só, uma **inovação política**, com o potencial promissor de conduzir a políticas climáticas mais inovadoras.

Fomente o **empoderamento** de crianças, adolescentes e jovens



- ▶ **Educação climática:** Garanta acesso equitativo ao conhecimento climático a crianças e jovens de diferentes idades, gêneros, raças, etnias e níveis socioeconômicos, com deficiência, e em situação de marginalização – pela educação formal (currículo escolar) ou por outras vias, como educação entre pares e parcerias com movimentos sociais.
- ▶ **Capacitação política:** Capacite todas as crianças e jovens em comunicação, advocacy, negociação e de políticas públicas, para que participem de forma significativa das decisões sobre desastres e ao clima, apoiando plataformas de participação e engajamento cívico que respeitem sua idade, cultura e contexto.
- ▶ **Transição inclusiva:** Fomente o desenvolvimento de habilidades verdes, competências técnicas e socioemocionais essenciais para que os jovens participem da transição rumo a uma economia mais justa e sustentável.

Construa **capacidades governamentais**

A participação de crianças, adolescentes e jovens nas decisões climáticas que os afetam depende não apenas de sua própria capacitação, mas também das capacidades dos governos, hoje limitadas por restrições estruturais como acesso restrito aos espaços de decisão, ciclos de financiamento curtos e baixa capacidade institucional de absorção.

Para superar isso, é preciso capacitar tomadores de decisão com uma **visão baseada em direitos**, reconhecendo crianças e jovens como parceiros e garantindo que sejam ouvidos — já que políticas excludentes enfraquecem não só

esse direito, mas também a eficácia da própria resposta às mudanças climáticas.

É necessário ainda incorporar suas experiências e contribuições por meio de **indicadores sensíveis à infância** ao longo de todo o ciclo das políticas, fortalecer a capacidade institucional e a coordenação intersetorial (com capacitação, tecnologia e financiamento), e promover normas que valorizem a **diversidade de perspectivas** de crianças e jovens, garantindo que a gestão pública ouça e responda a todas elas, sem exclusão por gênero, raça ou condição social.

Formalize **oportunidades de participação**

- ▶ Estabeleça **mecanismos formais** — conselhos consultivos, núcleos de cidadania, assembleias infantis, assentos em delegações — para garantir participação significativa de meninas e meninos em fóruns de política climática, incluindo em iniciativas setoriais como comitês comunitários de água e Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) com jovens voluntários treinados pela Defesa Civil para atuar em prevenção e resposta a desastres. Fomente a participação **em todas as etapas** das políticas: defesa de direitos, desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação, com financiamento e segurança para viabilizá-la
- ▶ Apoie **projetos de implementação** liderados por jovens em seus próprio territórios.

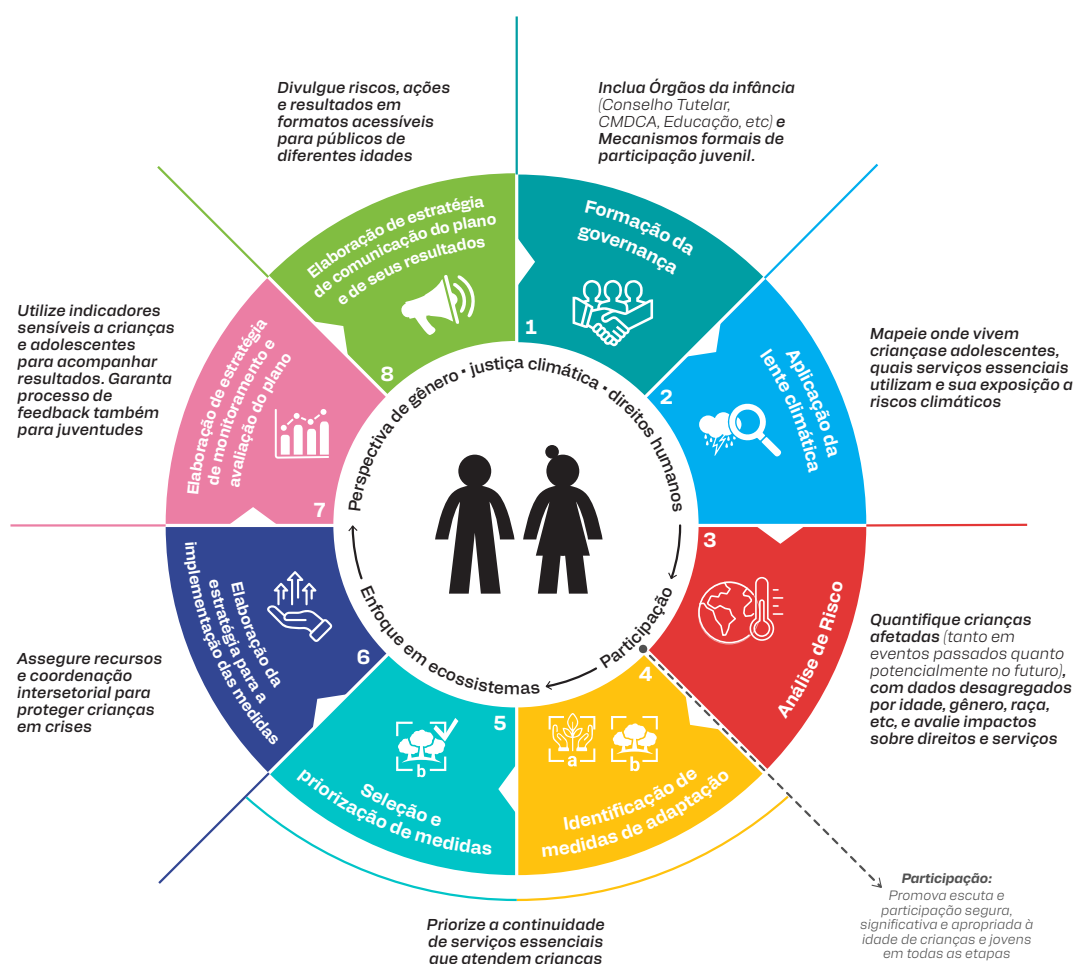
Aprimore *mecanismos de responsabilização* e **prestação de contas**

- ▶ Garanta o acesso público e transparente às informações sobre processos e resultados das ações climáticas governamentais, em linguagem adequada também aos mais novos.

Lente da infância ao longo do ciclo de planejamento

O Programa “Como Elaborar Planos de Adaptação à Mudança do Clima” reúne 5 cursos gratuitos na plataforma online da Escola Virtual de Governo, mantida pela Enap (Escola Nacional de Administração Pública), e propõe uma metodologia de um ciclo de 8 passos + 3 diretrizes transversais para apoiar gestores a planejar e

colocar em prática ações de adaptação à mudança do clima. Veja abaixo onde alguns chamados deste policy se encaixam com o ciclo, a fim de garantir aos municípios que estejam seguindo essa metodologia atenção à lente para a infância ao longo de seu planejamento.



[CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS](#)

4 | Proteger crianças, fortalecer territórios



As mudanças climáticas já impõem custos humanos, sociais e econômicos ao Brasil, e esses impactos tendem a se intensificar nas próximas décadas. Incorporar a perspectiva da infância e da adolescência aos planos estaduais e municipais de adaptação não é apenas uma medida de proteção a um grupo vulnerável, mas uma estratégia para fortalecer a resiliência de toda a sociedade. Quando escolas, unidades de saúde, sistemas de abastecimento de água, serviços de assistência social e mecanismos de gestão de riscos são planejados para proteger aqueles que mais dependem deles, tornam-se mais robustos e preparados para atender a população como um todo.

A elaboração de planos de adaptação representa uma oportunidade concreta para transformar esse compromisso em ação. Ao mapear riscos com foco na infância, fortalecer serviços essenciais e garantir a participação significativa de crianças, adolescentes e jovens, estados e municípios podem construir respostas climáticas mais eficazes, equitativas e duradouras. Colocar crianças no centro do planejamento climático é, em última instância, investir em territórios mais seguros, resilientes e preparados para o futuro.



(anexo) Saiba mais

[1] Child-sensitive climate policies for every child (UNICEF, 2022)

[*Child-sensitive climate policies for every child | UNICEF*](#)

[2] Climate & Environment Discussion Paper - Making Climate and Environment Policies for and with Children and Young People (UNICEF, 2021)

[*Making Climate and Environment Policies for and with Children and Young People | UNICEF*](#)

[3] CCRR | Children's Climate Risk Report (UNICEF, 2026)

[*The Children's Climate Risk Report 2026 | UNICEF*](#)

[4] CCRI | THE CHILDREN'S CLIMATE RISK INDEX (UNICEF, 2021)

[*The Climate Crisis is a Child Rights Crisis | UNICEF*](#)

[5] SCAP | The UNICEF Sustainability and Climate Change Action Plan – 2023-2030

[*UNICEF SCAP 2023-2030*](#)

[6] Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil | UNICEF, 2022

[*Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil*](#)

[7] Are climate change policies child-sensitive? (UNICEF, 2019)

[*Are climate change policies child-sensitive? | UNICEF*](#)

[8] As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil (UNICEF, 2023)

[*As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil*](#)

Para pensar capacidade adaptativa a partir de indicadores de capacidade econômica e acesso a serviços.

[9] Guia Educação Baseada na Natureza: Um guia para tornar escolas mais verdes e resilientes (Fundação Alana, 2025)

[*Educação baseada na Natureza: um guia para escolas mais verdes e resilientes*](#)

[10] Protocolo Nacional para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situações de Risco e Desastres (UNICEF, MDHC, MIDR, MDS, 2025)

[*protocolo-nacional-protecao-criancas-adolescentes-riscos-desastres*](#)

[11] Mudanças Climáticas para Profissionais da Saúde - guia de bolso (Ministério da Saúde, 2024) Mudancas-Climaticas-MS	Documento ministerial voltado para os impactos da crise climática no setor da saúde.
[12] UNICEF DRR in Action: Every country protected; every child resilient (UNICEF, 2022) UNICEF DRR in Action - Every country protected. Every child resilient	Exemplos vindos de diversos países, de políticas de redução de risco de desastres centradas em crianças.
[13] Declaration on Children, Youth and Climate Action UNICEF	Um compromisso assumido por governos que defendem as prioridades identificadas por crianças e jovens de todo o mundo. Todos os Estados-Membros das Nações Unidas e parceiros nacionais e subnacionais estão convidados a assinar.
[14] NCDs for Every child Data Platform Global Dashboard & Child Sensitivity Category of NDC Explore Nationally Determined Contributions (NDCs) (Climate Watch)	Permite visualizar dados sobre sensibilidade às crianças dentro das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), metas oficiais dos diferentes países para reduzir a emissão de gases de efeito estufa
[15] Carter, Brandon, et al., Strengthening the Investment Case for Climate Adaptation: A triple dividend approach, World Resources Institute, 29 May 2025	
[16] Plano Clima 2024-2035 (MMA) Documentos — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	
[17] Painel Crianças e Meio Ambiente (UNICEF e Vital Strategies, 2026) https://www.criancasemeioambiente.org.br	
[18] AdaptaSUAS https://www.adaptasuas.org.br	Ferramenta de diagnóstico e apoio técnico para fortalecer a preparação da Assistência Social municipal para responder a emergências